

Justificando a posse sem voto: liderança pessoal e “vocação natural” como categorias mobilizadas para explicar nomea o em áreas de segurança nacional no RS (1965-1985)

Carlos Augusto N. Pinto¹

Breno M. G omez²

Germana N. Machado³

Resumo: Durante o período do bipartidarismo na ditadura civil-militar (1964-1979), o regime designou alguns municípios do Rio Grande do Sul de interesse específico denominados áreas de Segurança Nacional, em que os prefeitos seriam diretamente nomeados, em vez de eleitos através do voto. O objetivo do presente trabalho é analisar os diferentes perfis ocupacionais dos nomeados nestas áreas e a forma como justificam a sua escolha para ocupar a prefeitura por fora da franquia eleitoral. Os dados foram obtidos e analisados a partir de uma série de entrevistas em profundidade já realizadas com ex-prefeitos e pessoas relacionadas (como secretários e familiares). Resultados anteriores (MADEIRA, 2016b) demonstraram diferença significativa na distribui o das principais profissões (professor, comerciante e militar) nos municípios pequenos, médios e grandes. As razões utilizadas pelos nomeados para justificar a nomea o circulam em torno de aspectos da trajetória dos nomeados vinculados a no es de competência profissional e liderança pessoal, como trânsito em várias esferas da vida social local e mesmo um ‘apoio popular’.

Palavras-chave: Recrutamento⁴; Elite política; Autoritarismo.

Introdu o

Durante o regime civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985, o governo federal teve sob seu controle a nomea o dos ocupantes do Executivo nos estados e em grande número de municípios. Entre esses municípios estavam incluídos capitais de estado, municípios de fronteira, estâncias hidrominerais e outras localidades consideradas sensíveis ou, por algum motivo, de interesse particular ao governo federal – eram as áreas de Segurança Nacional

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: carlos.pinto@acad.pucrs.br.

² Graduando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: brenomgomez@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: germana.machado@acad.pucrs.br.

⁴ Por recrutamento, entendemos a forma como os prefeitos nomeados foram “selecionados” – escolhidos – para assumirem as prefeituras das ASN. Essa “sele o” se dava por algum tipo de destaque na região: seja por o indivíduo exercer alguma forma de “liderança local”, seja por ter um papel importante dentro do diretório do partido na região.

(ASN)⁵. No Rio Grande do Sul, 29 municípios – Alecrim, Bagé, Canoas, Catuípe, Crissiumal, Dom Pedrito, Herval, Horizontina, Iraí, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Tres Passos, Tucunduva, Tupareti, Uruguaiana e Vicente Dutra –, com 36% do eleitorado do estado (em 1976), faziam parte desse grupo.

O presente trabalho faz parte do projeto mais amplo de pesquisa, coordenado por Madeira, intitulado “Padrões de recrutamento e de carreiras políticas das elites partidárias em contexto autoritário: o impacto do regime na construção de carreiras políticas”, que envolve também pós-graduandos e que almeja delinear o perfil de recrutamento e de carreiras políticas de prefeitos nomeados pelo regime militar em ASN. A pesquisa é desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS e ao Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia. Além deste primeiro objetivo, busca-se determinar o impacto que possuiu a nomeação na carreira política desses prefeitos posteriormente ao período em que governaram seus respectivos municípios.

O análise sobre o parlamento já é praxe no estudo de elites políticas (mas não somente nele) e o Brasil não é exceção, tratando da temática desde o período anterior ao golpe militar até os dias atuais⁶. Entretanto, as pesquisas sobre elites locais é mais restrito, principalmente quando se trata dos nomeados de Áreas de Segurança Nacional, em que trabalhos nesse sentido são praticamente inexistentes, e a já escassa bibliografia sobre o tema ignora por completo a questão das elites e do recrutamento em ASN (GERARDI, 2015, p. 46). Aqui, a peculiaridade é a natureza diversa do engajamento na esfera política em relação às democracias, regime em que os partidos têm muito peso: pelo caráter autoritário da nomeação, é dispensada a necessidade de grandes potenciais eleitorais por parte dos pretendentes, seguindo-se critérios distintos.

No caso deste estudo em específico, o objetivo é, através da análise dos dados obtidos, compreender quais as categorias mobilizadas por esses políticos, no contexto de serem

⁵ Entre 1964 e 1965, ocorreram nomeações após a cassação de prefeitos considerados subversivos, após a publicação do AI-1 e do AI-2. A partir de 1966, com a publicação do AI-3, os prefeitos de capitais de Estado começaram a ser nomeados. Dois anos depois, em 1968, ocorre a criação das ASN com a nomeação direta dos prefeitos desses municípios, decretado pela Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm#art1>.

⁶ Por exemplo, Madeira (2007) e Carvalho (2008). Gerardi (2015) enumera uma série de trabalhos sobre recrutamento nas várias esferas da política brasileira, do Senado ao nível local.

escolhidos fora da via democrática, para justificar a nomeação, se em termos de aptidões ou qualidades, vínculos associativos, acaso, e assim por diante. Isso difere de se perguntar ‘como’ ocorreram as nomeações – ou seja, por quais meios ocorreu a introdução desses prefeitos nomeados no meio político (se por convenção municipal, apoio de parlamentar estadual ou federal, ou mesmo nomeação direta do presidente ou do governador). Aqui, a pergunta é mais ‘por que’ – sob sua própria visão, quais seus atributos próprios que lhes permitiram ser nomeados (alguns exemplos são uma representatividade comunitária, capacidade de gestão ou meramente estar no lugar certo, na hora certa). Um aspecto que pode deixar essa análise mais complexa é a aparente falta de uniformidade nos critérios da escolha de prefeitos nomeados. Quando perguntados sobre seus próprios processos de nomeação, os nomeados descrevem desde votações simples no nível do diretório municipal da Arena até nomeações feitas diretamente pelo Presidente da República.

1. Metodologia

O projeto como um todo faz uso tanto de método quantitativo quanto qualitativo. No primeiro caso, houve o uso do software SPSS com dados sobre deputados federais desde 1962 e prefeitos nomeados, incluindo carreira política, histórico familiar na política, entre outras informações. No segundo caso, foram realizadas 37 entrevistas semiestruturadas com ex-prefeitos nomeados, familiares e secretários, abrangendo diversos aspectos da política local e estadual e do período específico em que o entrevistado esteve na prefeitura, atuação como prefeito e recrutamento para nomeação⁷. Essas entrevistas foram realizadas durante o ano de 2012, com a exceção de uma realizada em 2015.

No presente trabalho foi utilizado o material das entrevistas, único lugar em que podiam estar presentes as respostas para as questões às quais este breve estudo se propõe. Analisando as entrevistas e verificando que tipos de categorias e quais aspectos são empregues pelos entrevistados para entender e legitimar suas próprias nomeações, será possível entender quais delas possuíam maior peso ou, ao menos, quais eram mais aceitáveis (mais legítimas no discurso público) aos olhos dos entrevistados.

2. Fundamentação Teórica

⁷ O roteiro de entrevista utilizado está disponível em Gerardi (2015, p. 192-194).

Madeira (2002) vem estudando perfis de carreira política de deputados federais arenistas em três estados: São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.⁹ Desde 2009, está em curso o projeto que estuda as elites e o recrutamento delas no contexto das Áreas de Segurança Nacional no estado do Rio Grande do Sul, em maior parte nas cidades na fronteira com a Argentina e com o Uruguai. Desde então, produziu-se um número de trabalhos que começam a esquematizar os processos de nomeação nas ASN do Rio Grande do Sul. De certa forma, começou-se a decodificar um processo à primeira vista caótico, mesmo sem se determinar um padrão de recrutamento ou um perfil nítido dos nomeados.

Madeira e Gerardi (2014a) propuseram uma tipologia de carreiras de nomeados com oito caminhos possíveis na carreira de um nomeado, passando por cinco variáveis: a existência de políticos na família¹⁰, a nomeação em cargos burocráticos e a vitória para cargos eletivos antes e depois do período bipartidário. Quanto a essa última, a análise é feita separadamente para cada período, para captar a influência de capital político anterior no recrutamento de nomeados – ou, em outras palavras, a manutenção de uma elite – e da própria nomeação em sucesso político posterior. Os resultados obtidos revelam um grupo de indivíduos relativamente heterogêneo, distribuído de maneira fragmentada entre as categorias criadas.

Naturalmente, esse meio de determinar um perfil dos prefeitos nomeados tem seus problemas e suas limitações. O critério original para definição de vínculos familiares exclui o parentesco por casamento, por exemplo; o critério de carreira política anterior ignora filiação partidária de longa data e liderança política local mais ou menos informal; e o critério de carreira posterior não distingue aqueles que foram derrotados em pleitos pós-bipartidarismo daqueles que voluntariamente abandonaram a vida pública. Justamente pela aparição desse perfil heterogêneo dos nomeados, as entrevistas semiestruturadas surgem como úteis para apurar detalhes mais aprofundados de aspectos que não podem ser captados através do método quantitativo.

Um teórico que se aproxima do foco específico deste trabalho é Gaetano Mosca (1966), que apontou que toda classe dirigente de uma sociedade (uma elite política) se apoia em certos atributos que a legitimem perante a grande massa da população, conferindo-lhe

⁹ Um recorte da dissertação pode ser encontrado em Madeira (2007).

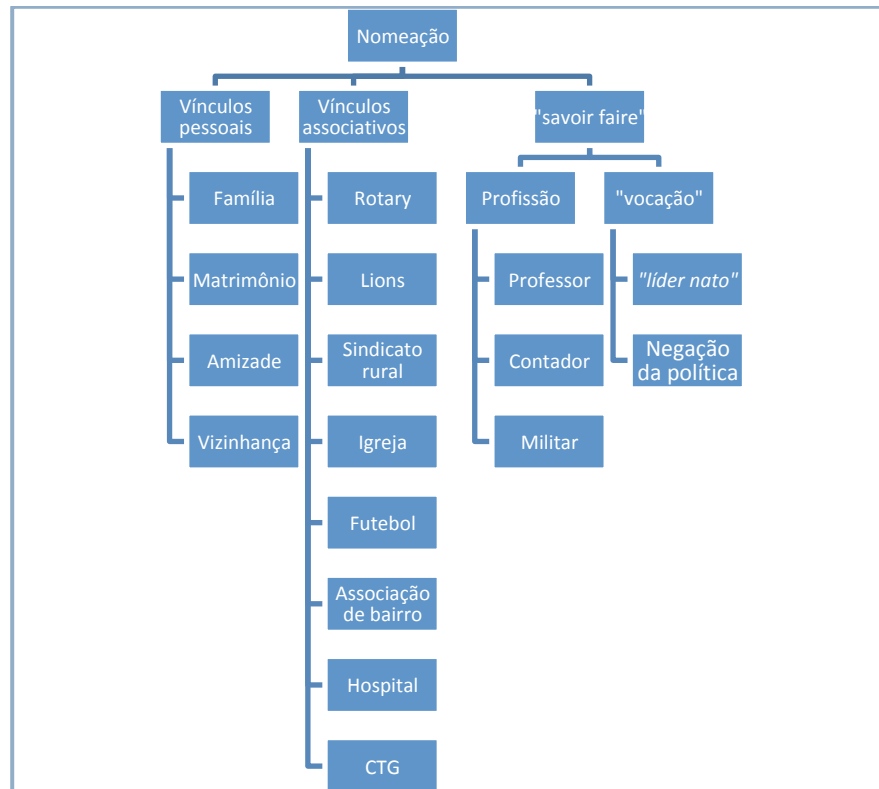
¹⁰ Nesse artigo, de 2014, o critério é “a existência de parente (em primeiro ou segundo grau) que tenha ocupado cargo eletivo antes da sua nomeação à prefeitura” (MADEIRA; GERARDI, 2014a, p. 154).

“certa superioridade material, intelectual e mesmo moral” (p. 54) em relação ao resto da população. Como o próprio Mosca já afirmou, a ‘qualidade’ em questão pode variar, ainda que ele, sob uma lógica evolucionista, vinculasse o atributo necessário às elites a um grau de “civilização” (nas sociedades “primitivas”, as classes dirigentes seriam predominantemente guerreiras, enquanto entre os “civilizados”, seriam os mais ricos). Uma vez que o atributo fosse desvalorizado ou se tornasse inútil, a classe dirigente estaria fadada a um declínio. Nesse sentido busca-se saber, sob a visão dos próprios nomeados, quais são os atributos socialmente valorizados nas localidades que receberam nomeações ou, ao menos, quais os atributos mobilizados em um discurso publicamente aceitável, em particular no contexto autoritário, em que está ausente a justificativa óbvia da vitória através do sufrágio.

3. Resultados

O projeto anteriormente dedicou-se à análise das carreiras políticas, sob um viés mais institucional, buscando possíveis padrões tanto de carreira prévia (família com cargos políticos, presença em cargos eletivos ou burocráticos antes da nomeação) como de carreira posterior (presença em cargos eletivos ou burocráticos após a prefeitura), sem encontrar padrões muito perceptíveis em relação tanto à participação em cargos políticos quanto à repercussão posterior da nomeação. Agora, passa-se a uma análise das categorias mobilizadas para explicar a nomeação, que, de acordo com a tipologia estabelecida por Madeira, se dividem entre um *savoir faire*, um *know how* (possível de ser invocado tanto junto ao perfil sócio-ocupacional quanto junto à vocação), vínculos associativos e vínculos pessoais (presidência de clubes de futebol ou clubes locais, envolvimento com sindicatos patronais ou de trabalhadores, assim como contato com altos escalões políticos ou militares). Há uma dificuldade bastante grande, em ambos os casos, para obter dados sobre os prefeitos nomeados, principalmente à medida que as cidades são menores (que são um grupo significativo) e o tempo mais recuado – isto é, quanto menos notória a personagem, mais difícil é obter dados precisos sobre os estudados (HEINZ; CODATO, 2015). No entanto, os dados utilizados aqui serão principalmente provenientes das entrevistas conduzidas com os nomeados.

Figura 1 – Categorias mobilizadas para explicar nomeação



Fonte: Madeira, 2016b.

Madeira (2016b) se debruça sobre a parte da análise do perfil sócio-ocupacional. Ele detecta um predomínio da presença de militares, professores e comerciantes. No entanto, quando se separa os nomeados pelo tamanho das cidades que governaram, os comerciantes e os professores são predominantes somente em pequenas cidades, enquanto nas cidades médias e grandes os militares possuem mais peso. Ainda que seja apenas um esboço de explicação, por um lado esse fenômeno pode ser explicado pelo prestígio social da profissão do professor nas cidades menores, que lhes proporciona uma maior notoriedade e um protagonismo na vida social da comunidade (e, por conseguinte, na vida política). Um entrevistado evidencia isso ao falar da relação com outros nomeados que também se formaram professores:

Entrevistador: Isso [ser professor na região] dava uma boa relação entre vocês da região?

Entrevistado: Muito. Muito mesmo. Nós éramos, assim, considerados autoridade. Na época, autoridade respeitada e a gente procurava

corresponder àquela confiança que a comunidade empregava na gente. Cada vez mais confiança, mais responsabilidade.¹¹

Por outro lado, pode-se especular uma falta de confiança dos militares na administração civil em cidades maiores, como Canoas, onde fica uma base da Força Aérea Brasileira – o que não significa que prefeitos de origem militar não marcassem forte presença em municípios de todos os tamanhos, em todas as regiões do Rio Grande do Sul (a capital Porto Alegre foi uma notável exceção nesse aspecto). Todavia, no trabalho presente, o foco é a análise das categorias mobilizadas pelos ex-prefeitos para legitimar, ou ao menos explicar, suas nomeações.

Partindo para a análise dos dados, percebe-se rapidamente uma variedade de categorias mobilizadas pelos ex-prefeitos para explicar sua nomeação, tanto ao serem perguntados diretamente, quanto em afirmações espontâneas. Naturalmente, as tipologias propostas por Madeira devem ser vistas somente com olhos analíticos, pois não há qualquer separação deliberada por parte dos entrevistados e, mesmo havendo tal diversidade, há uma sobreposição dessas categorias em diversos casos, com os entrevistados utilizando várias lógicas explicativas diferentes para legitimarem sua nomeação.

Uma categoria por vezes citada direta ou indiretamente para justificar a nomeação é a associação a clubes de futebol, como presidente, dirigente ou jogador (ou mesmo várias dessas ao mesmo tempo). Frequentemente, tal menção está vinculada com, por decorrência, o entrevistado conhecer muitos integrantes da comunidade, de vários estratos, adquirindo muita visibilidade com o trabalho próximo ao clube de futebol. Às vezes, essa visibilidade serve como plataforma para uma eleição para vereador antes da nomeação; em outras, é útil como campo de atuação para um trânsito junto às elites políticas cidadinas e, por consequência, para aquisição de capital político e influência junto ao diretório municipal do partido. No trecho a seguir, em simultâneo ao destaque obtido através da atividade profissional, também entra em relevância a ocupação de cargos em outros clubes e associações de moradores:

Entrevistado: Olha, eu sempre gostei de participar. Então em Itaquí eu comecei a participar. Entrei por acaso [na política]. Por acaso, tavam com dificuldade de achar gente pra concorrer em 62 parece que foi, e aí, quando eu vi, já tava metido no... depois que a gente entra [na política] não consegue sair mais, é difícil. Eu participei de praticamente tudo dentro de Itaquí, né.

¹¹ MARQUES, Pedro Venâncio de Oliveira. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [26 out. 2012]. Roque Gonzales.

Parte esportiva, parte de clubes sociais, fui presidente de associação comercial e industrial...

Entrevistador: Isso antes de ser do partido?

Entrevistado: Não, durante. Fui presidente do hospital de Itaqui por sete anos. Presidente do clube comercial [...] presidente do time de futebol. [...] Fora outros.

Entrevistador: O senhor tava praticamente dentro da vida social do município.

Entrevistado: Sempre.

Entrevistador: E isso paralelo a ser empresário?

Entrevistado: Sim.¹²

Mesmo um prefeito eleito logo antes do golpe, mas mantido pelo regime, faz uma justificativa parecida:

Entrevistado: Eu era caminhoneiro, mas também já trabalhava com posto de combustíveis como eu tenho até hoje. E já fui presidente de clube de futebol, fui presidente do clube da cidade... é, presidente de uma outra série de... presidente, de casa de criança, uma série de outras coisas...

Entrevistador: O senhor tava sempre envolvido?

Entrevistado: Sempre envolvido, sempre envolvido, tinha que tá sempre na frente. Em função disso, o pessoal confiava na gente. Porque quanto mais atribuições a gente tem, mais responsabilidade que tem, então você executa. Não é verdade? Porque um desocupado não fica fazendo, mas a gente, “vou fazer isso, isso e aquilo”. Então a gente sempre ficou envolvido nesse negócio.¹³

Ao mesmo tempo que, em termos analíticos, o trânsito por cargos e ocupações (civis e comunitárias) bastante visíveis perante a sociedade local possa representar um acesso privilegiado ao cerne da política local, para o entrevistado tais ocupações tornam-se um evento despolitizado, sendo invocadas como justificativa prática para as nomeações (ou eleições) como evidências de um *expertise* por parte deles próprios, de atividade deles na vida do município ou de capacidades em administração. No caso a seguir, a atividade no futebol amador é somada à visibilidade de ser um radialista na cidade, dessa vez de forma mais abertamente política.

Em todos esses casos e em alguns outros, o discurso eventualmente se transfigura na ideia da participação ampla na vida da comunidade, que é muitas vezes, de maneira enfática, transformada na justificativa principal (mas mais ampla e mais genérica, ocorrendo por diversos motivos) para a nomeação. De modo paradoxal, aqueles que, ao menos em teoria, chegaram ao poder de um modo não-democrático (a nomeação), em muitos momentos

¹² MURARO, Alcides Olindo. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [07 dez. 2012]. Uruguaiana.

¹³ PIGATTO, Uivalde. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [09 nov. 2012]. Iraí.

utilizam categorias associadas ao método democrático, como o apelo ao apoio popular (mesmo sem sufrágio) ou, em palavreado mais próximo ao dos entrevistados, uma confiança da comunidade.¹⁴

Entrevistador: Isso deu certa visibilidade pro senhor? O senhor tinha algum programa na rádio também? Ou só era diretor da rádio?

Entrevistado: Era diretor, mas eu tinha programas. Fazia. Tinha programas religiosos, rezava o terço, transmitia a missa, né...

Entrevistador: Isso lhe dava certa visibilidade?

Entrevistado: Ah, dava. Exatamente, dava sim, né, tchê. Participei... futebol também a gente participou né, teve uma vida sempre... não fui craque, mas sempre tive nas pelada e jogando né. Tinha o time de futebol, fui presidente desse time.

Entrevistador: O senhor tava em tudo praticamente.

Entrevistado: Tudo.

Entrevistador: Não tinha como não ser o prefeito.

Entrevistado: Pois é...¹⁵

Passando para o campo dos vínculos pessoais, um dado a notar são as referências feitas a relações com altos oficiais do exército ou apoios concedidos por deputados federais e estaduais, com particular peso dado a estes últimos. No trecho a seguir, o entrevistado descreve uma relação pessoal de amizade com o então futuro presidente General João Figueiredo, que o “obrigou” a aceitar o cargo de prefeito em contrapartida por não aceitar ser homem de confiança de Figueiredo em Brasília. Nesse caso, praticamente *sui generis* pelo caráter diretamente presidencial de sua nomeação, o nomeado chegou ao cargo através da alta cúpula político-militar do regime.

Entrevistado: [...] depois que o Presidente Médici saiu do poder... Que foi o Presidente Geisel... Eu mantive sempre, com o Figueiredo, uma aproximação muito grande porque ficamos muito amigos e gostávamos das mesmas coisas, de cavalo, de mate... Então eu passei a ir muito a Brasília e ia lá para a Granja do Torto. [...] No outro dia o Figueiredo disse: “O que tu quer do governo? Tu tem que vir pra cá comigo”. Eu disse: ‘Olha, Presidente, vamos olhar bem nos olhos... Eu não venho para cá! Eu não estou interessado em nada daqui. Não faz a minha cabeça. Eu tenho outra vida, tô bem na vida, tô criando meus filhos em uma cidade do interior, que é muito mais fácil; **não tenho nenhum atrativo para vir pra cá, a não ser a sua amizade, mas daqui a quatro anos acaba o seu mandato e, se eu vier pra cá, quando eu voltar não encontro mais o que é meu. Eu não posso abandonar o que é meu**”. “Mas tu é difícil...” Aquela história toda... **Resultado; ele bateu na**

¹⁴ Dito isso, ainda que, pela legislação, a prerrogativa da nomeação fosse do presidente da República ou do governador do Estado com o aval do presidente, o uso dessas prerrogativas era muito mais exceção do que regra. Na realidade, era mais frequentemente uma escolha local meramente aprovada pelo governador (e, claro, o apoio de deputados estaduais ou federais com trânsito junto ao governador, como Fernando Gonçalves, era de grande ajuda). Gerardi (2015) mostra que, de 96 nomeações, 58 passaram por alguma espécie de comissão ou convenção partidária, podendo ter ou não a participação de lideranças comunitárias alheias ao partido.

¹⁵ SANTINON, Clemente. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [24 out. 2012]. Porto Lucena.

mesa: “Então tu vai ser o prefeito de Bagé”. ‘Tá. Se eu não tiver que sair de lá, tudo bem.’ E eu terminei prefeito assim. [...] Por isso que eu caí de prefeito... Eu não tinha nada a ver com isso, nada, nada, nada a ver...¹⁶

Frequentemente, os entrevistados relatam a intermediação de deputados, tanto estaduais quanto federais, para efetuação. Normalmente realizava-se uma simples negociação: em troca de apoio em certa região para o pleito ao legislativo, o parlamentar intervinha junto ao governador para realizar a nomeação do indicado que apoiara tal parlamentar, mesmo em casos com votação dentro do próprio partido. O trecho a seguir também evidencia o caráter competitivo das disputas internas na Arena municipal e a influência de diversos setores da sociedade local.

Entrevistado: E isso tudo veio, essa briga, como se diz, assim, para ser prefeito, veio até de dentro do diretório [...]. Cheguei porque eu tive uns amigos e tu sabe que havia uma influência política, essa influência política, por exemplo eu não tinha, no meu lado o deputado mais forte da região que era o Oswaldo Shie, um deputado estadual. Mas eu, por uma felicidade, né, eu tive o apoio do Fernando Gonçalves e o Fernando Gonçalves é cunhado do doutor Amaral [de Souza, então governador], entende? [...] Então alguém nos assoprou, dizendo: ‘olha, vocês apoiando o Fernando Gonçalves, vocês vão ter o privilégio’. Entende? Quer dizer, é cunhado do doutor Amaral então é tudo mais fácil, né. Dependendo tu tens que ter o apoio, no diretório. Você tem que ganhar no diretório do local. Aí eu sei dizer que nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves. Aí uma gurizada que naquela época [tinha] 23 anos, por aí, 24 anos e tal. Aí nós se atracamos, como diz o outro. Aí fomos pra luta né.

Entrevistador: E era o pessoal do futebol?

Entrevistado: Era o pessoal do futebol, pessoal do comércio e tal, que achava que o cara para ser... Que era o meu concorrente, não quero nem dizer quem foi, não interessa também. E não teria condições para poder assumir né, entende? E aí nós abraçamos a causa do Fernando Gonçalves, fizemos 1.300 votos para ele.¹⁷

É possível afirmar que era raro que a decisão sobre a nomeação ficasse inteiramente a cargo de um só *selectorate* de modo completamente autônomo. Mesmo quando se relata que o então prefeito tinha a influência para nomear seu sucessor, o apoio em esferas superiores influía no resultado da indicação (vale ressaltar, no entanto, que o relato a seguir se refere a uma estância hidromineral, cujo prefeito era aprovado pela Assembleia Legislativa, em um sistema diferente das ASN). De certa forma, tais processos assemelham-se ao que Rahat e Hazan chamam de método de seleção *multi-stage*¹⁸ (RAHAT; HAZAN, 2001, p. 300), ainda

¹⁶ AZAMBUJA, Carlos Sá. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi. [22 nov. 2012]. Bagé. Grifo meu.

¹⁷ GRUN, Carlos Willy. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [20 out. 2012]. Crissiumal.

¹⁸ Uma tradução possível seria “multifásico”.

que, no caso das ASN, o processo seja relativamente informal e mais próximo à necessidade de apadrinhamento de lideranças superiores dentro do partido (ou à sua falta). Também fica a dúvida sobre se, pela própria informalidade, o que se considera aqui como outras fases de seleção não sejam meras formalidades, que devem ser descartadas da análise.

4. Considerações finais

Mesmo se tratando de um período sob um regime autoritário e de liberdades políticas restritas e, em processos específicos, em que se subtraiu a possibilidade do voto (como nas nomeações em ASN), é possível perceber a invocação de certos valores associados com o regime democrático, como o apoio da comunidade, trânsito intenso na vida social da cidade, posições de destaque em organizações desportivas, comércio, caridade e outras instituições que proporcionam o estabelecimento de amplas redes sociais e aceitação de vários setores da sociedade local. Em resumo, os entrevistados com frequência se apoiam em noções de representantes legítimos das sociedades que governam, ainda que de maneira informal, e não através do sufrágio.

Ao mesmo tempo, os entrevistados tentam desvincular suas atividades profissionais ou vínculos associativos em geral (o perfil sócio-ocupacional) de um aspecto político mais marcado, como se tentando fixar a noção de uma política menos baseada em negociações, em oposição ao período democrático. Alguns entrevistados, ao descreverem seu próprio processo de nomeação, narram ocasiões “carregadas de relações políticas” tentando “despolitizá-las” (MADEIRA, 2016b), atribuindo, assim, a nomeação a características diversas, como a um perfil mais “técnico” (como ao mobilizar seus estudos em política além da formação de professor – “estudei Maquiavel”¹⁹ – ou seu trabalho e docência prévios em contabilidade, e assim por diante). Não obstante, muitos nomeados não hesitam em relatar a influência de deputados e lideranças estaduais, por exemplo, sobre suas nomeações. Contudo, talvez seja possível distinguir esses últimos relatos e os supracitados entre *como* e *por que* foram nomeados, respectivamente.

A pesquisa, nessa linha, deverá prosseguir adicionando dados sobre os métodos de recrutamento, como Gerardi (2015) já levantou, e cruzando entrevistas de nomeados de uma mesma cidade com as outras, buscando aquilo que há em comum nos discursos e

¹⁹ GIORDANI, Cândido. Entrevista concedida a Dirceu André Gerardi [10 out. 2012]. Porto Alegre.

minimizando vieses pessoais, além de uma visão sobre as nomeações externa ao próprio nomeado. Dessa forma, é possível chegar mais próximo das razões reais que determinaram a nomeação de um indivíduo em detrimento do outro e dos atributos de legitimação teorizados por Mosca (1966).

Referências Bibliográficas

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB**. 2008. 239 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GERARDI, Dirceu André. **Recrutamento, nomeação e carreiras políticas de prefeitos em ASN do Rio Grande do Sul**. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, mai. 1973.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. cap. 9.

MADEIRA, Rafael Machado. **Arena ou Arenas? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 243-273, abr. 2007.

_____. Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979). **Revista de Ciências Sociais (UFC)**, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 124-161, 2016a.

_____. Vínculos pessoais, origem sócio-ocupacional e “protagonismo local”: um mapeamento dos mecanismos postos em marcha nos processos de escolha dos prefeitos nomeados no RS entre 1964 e 1985. In: **X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos, 2016b.

MADEIRA, Rafael Machado; GERARDI, Dirceu André. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de

prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 150-177, 2014a.

_____. Aprendendo a jogar pelas regras do jogo: o impacto do regime na construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional no RS. In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2014, Brasília. **Anais eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2014b.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA (org.). **Textos básicos de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, London, v. 7, n. 3, p. 297-322, mai. 2001.